

“O QUE SERIA UM CORPO SEM ALMA?”: Estado e Igreja no recrutamento de trabalhadores do Ceará para a Amazônia (1942-1945)

Norma Sueli Semião Freitas*

RESUMO: A partir de 1942, em um contexto de guerra, a Igreja Católica e o Estado articularam-se na tarefa de arrematar a partir da criação do SEMTA, “Soldados da Borracha”, “Soldados de Cristo” para a Batalha da Borracha. Logo, Vargas associa sua política demográfica denominada de “Marcha para Oeste”, orquestrando as migrações de interiorização do Brasil, notadamente, a de trabalhadores nordestinos para o Norte, de tal forma que representou um modo de asseverar a “redenção do sertão”; pois, se careciam possibilidades de trabalho, a alternativa estava em deslocar o excedente de mão de obra para a batalha da produção, aliando “planejamento, cientificismo e religião” no processo de recrutamento de força de trabalho para os seringais.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja; Estado; Trabalho; Borracha.

“What would be a body without a soul?”: state and church in the recruitment of workers from Ceará to Amazon (1942-1945)

SUMMARY: From 1942, in a war context, the Catholic Church and the State articulated themselves in the task of regimenting from the creation of SEMTA, “Soldados da Borracha”, “Soldados de Cristo” for the Batalha da Borracha. Soon, Vargas associates his demographic policy called “March to the West”, orchestrating the migrations of interiorization from Brazil, notably that of Northeastern workers to the North, in such a way that it represented a way of asserting the “redemption of the sertão”; because, if job possibilities were lacking, the alternative was to shift the surplus of labor to the production battle, combining “planning, scientism and religion” in the process of recruiting labor for the rubber trees.

KEYWORDS: Church; State; Work; Latex.

“¿Qué sería un cuerpo sin alma?”: Estado e Iglesia en el reclutamiento de trabajadores en Ceará hasta la Amazonía (1942-1945)

RESUMEN: Desde 1942, en un contexto de guerra, la Iglesia Católica y el Estado se articularon en la tarea de regimentar desde la creación de la SEMTA, "Soldados da Borracha", "Soldados de Cristo" hasta la Batalla del Caucho. Pronto, Vargas asocia su política demográfica denominada “Marcha hacia el Oeste”, orquestando las migraciones de interiorización desde Brasil, en particular la de los trabajadores del Nordeste hacia el Norte, de tal manera que representó una forma de afirmar la “redención del sertão”. ; porque, si faltaban posibilidades laborales, la alternativa era trasladar el excedente de mano de obra a la batalla de producción, combinando “planificación, cientificismo y religión” en el proceso de contratación de mano de obra para los árboles del caucho.

PALABRAS CLAVE: Iglesia; Expresar; Trabaja; Látex.

*Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará e estuda gênero e política no período da ditadura civil-militar no Brasil. Contato: Rua Fernão Magalhães, 509, Pici, CEP: 60.440-550, Fortaleza-CE, Brasil. E-mail: sufreitas2005@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0976-6857>

O corpo está na ordem do dia e sobre ele se voltam as atenções de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, **a Igreja**, a escola, os hospitais. De repente, toma-se consciência de que repensar a sociedade para transformá-la passava necessariamente pelo trato do corpo como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano.¹

Essa ideologia de corpo saudável e disciplinado permeava a lógica militar constante no projeto eugênico do Estado Novo para o Brasil. Não à toa, na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, o propósito de Vargas era constituir uma sociedade brasileira militarizada, pautada na força e na ordem. No período, Vargas imprimia suas aspirações no seio da sociedade com a realização de cerimônias cívicas, marchas, passeatas e o incentivo a uma “cultura física”, como se mostra evidente a partir de um dos seus discursos proferidos em 1941: “Impulsionar o mais largamente possível a cultura física é obra de sadia brasilidade, a educação do corpo na ampla concepção da palavra significa também o **cultivo de novos e excelentes atributos do espírito**, não só a robustez, mas a saúde fisiológica...”². Na ocasião, Vargas evoca a saúde do corpo e do espírito, ao passo que se aproveita da personificação ideológica do poder arraigada em sua pessoa para difundir estereótipos raciais e sociais. Na verdade, seu intento tratava-se de “aperfeiçoar a raça” – expressão bastante comum em seus discursos – visando construir um novo “corpo” do povo brasileiro composto por um tipo físico ideal.

Neste ponto, a medicina social que emergiu com bastante vigor na década de 1920 – embora já estivesse atuando desde as últimas décadas do século XIX – ganha força, especialmente no pós-1930, quando há uma reaproximação entre Estado e Igreja, a qual será bem acionada pelo poder público durante a ditadura de Vargas, a partir de 1937. Aliás, para Michel Foucault, a medicina social surge como instrumento de normatização e estratégia biopolítica³ nos campos da higiene e da moral no estabelecimento da vida dos sujeitos; e como reguladora da higiene pública para além da questão preventiva/curativa. Foucault, por sua vez, conceituou medicalização da seguinte maneira: “La medicalización, es decir, el hecho de que la existencia, la conducta, el comportamiento, el cuerpo humano, se incorporaran a partir del siglo XVIII en una red de medicalización cada vez más densa y amplia, que cuanto más funciona menos se escapa a la medicina”⁴.

Desse modo, se por um lado a apropriação e manipulação das insígnias e dos ritos católicos, bem como dos atos cívico-eclesiásticos, eram indispensáveis ao regime de Vargas – inclusive como forma de manter a ordem social e política – por outro lado havia a busca da Igreja Católica de “recatolicizar” o Brasil, isto é, manter a hegemonia da religião católica no País, bem como angariar novos adeptos, momento em que a então reforma educacional seria um dos mecanismos dessa luta.

Afinal, ainda se imaginava aquele saber científico como um dos meios de modernizar e civilizar o País e sua população, de tal modo que a medicina social se articulou com outros saberes científicos e permeou várias instâncias da sociedade e instituições públicas e privadas. Se até a ascensão de Vargas a educação era uma questão de foro da Justiça – o que é interessante, porque apenas com a Constituição de 1934 ela passa a ser direito de todos e responsabilidade das famílias e dos poderes públicos –, depois de 1930 a educação será tratada pelo viés da saúde, tendo em vista que para uma conseguinte implantação das práticas médicas higienistas, a educação seria de fundamental destaque⁵. Para isso, a Igreja Católica embasou o discurso da educação ao da moral, carregado de um sentido cientificista, cuja ação esteve imbuída de princípios higienistas, morais, bem como patrióticos.

Daí que desde a máquina burocrática do poder público havia a vinculação entre educação e saúde, tomando a família como base de uma e de outra. A educação era pensada em termos médicos, particularmente da medicina social, quando os poderes públicos das variadas nações europeias passaram a atuar sobre a saúde pública, fiscalizando os espaços urbanos em prol da saúde, higiene e educação da população – era preciso combater os problemas oriundos da natureza e do meio social, a fim de evitar a propagação de doenças – como um de seus deveres.

Portanto, poderia se dizer que a educação era concebida como questão sanitária, pois era recorrente nesse contexto a associação entre a dificuldade de higienizar as cidades e prevenir doenças infectocontagiosas. Outro dado real era a imensa quantidade de analfabetos. Grande parte da população não lia, não escrevia e sequer tinha hábitos condizentes com os parâmetros de higiene apresentados pelas preocupações sanitaristas dos poderes públicos.

Igreja, família e trabalho

A Igreja Católica era detentora de uma rede de escolas em todo o País e, por conseguinte, consciente de sua força enquanto formadora de mentalidades e comportamentos interferiu ativamente pela inserção do ensino religioso católico nas escolas públicas, uma das pautas implicativas da reforma educativa travada entre a Igreja com outros diversos segmentos da sociedade com interesse no assunto.

Essa busca da hegemonia sobre o ensino no País não representaria apenas a influência da Igreja Católica sobre os ramos da educação, mas conforme Alceu Amoroso Lima, uma batalha na qual os católicos por excelência deveriam travar contra o liberalismo individualista, por representar uma ameaça de desagregação da família atribuída ao comunismo, pois levaria a humanidade a uma nova bestialidade “a partir da renegação ao Espírito e do seu Criador”. Por isso a concepção de que Estado e Igreja visavam proteger a família, o corpo da nação, o corpo do trabalhador, o corpo de Cristo:

Precisamos enfrentar o comunismo como uma negação integral do Cristo e da Igreja e não como um fenômeno social passageiro, que afeta apenas os nossos interesses materiais ou nossas posições sociais. Seu perigo é infinitamente mais profundo...; reveste-se...da aparência da justiça, do êxito e do progresso. Só se nos colocarmos no terreno dos princípios é que poderemos enfrentar friamente essa ideologia revolucionária.⁶

Nesta perspectiva, Cândido Moreira Rodrigues retrata que boa parte da crítica ao comunismo ateu advinha das ideologias do Papa Pio XI, o qual considerava esse preceito comopositor da “civilização cristã” por seu materialismo antirreligioso, negador da razão divina, destrutor dos fundamentos da sociedade, da família e, por conseguinte, subversor da **ordem social**:

E, para apressar a “Paz de Cristo no Reino de Cristo”, por todos tão desejada, colocamos a grande ação da Igreja Católica contra o comunismo ateu mundial sob o amparo do poderoso Protetor da Igreja, São José. Ele pertence à classe operária e experimentou o peso da pobreza, em si e na Sagrada Família, de que era chefe vigilante e afetuoso; (...) Com uma vida de fidelíssimo cumprimento do dever cotidiano, deixou um exemplo de vida a todos os que têm de ganhar o pão com o trabalho de suas mãos e mereceu ser chamado o Justo, exemplo vivo daquela justiça cristã, que deve reinar na vida social.⁷

Em vista disso, acreditava o episcopado que era extremamente salutar a conservação de boas relações entre Igreja e Estado para a manutenção da tranquilidade, ordenamento e hierarquia

da sociedade⁸. Assim, essa aversão ao comunismo pode ser percebida com bastante enfoque em diversas matérias publicadas pelo jornal *O Nordeste*, conforme mostra um dos textos intitulado de “O perigo comunista”:

O comunismo é uma doutrina em oposição a verdade luminosa do Evangelho (...) o clero católico foi esmagado pelo ódio dos sem Deus, cujos arautos vêm na cruz o símbolo do bem que perseguem (...) O Brasil, nação de tradições espirituais tão dignificantes, mantém-se alerta, na defesa do seu patriotismo de honra, contras as teorias extremistas, incompatíveis com o seu passado histórico e com a sua formação inspirada nos grandes ideais.⁹

Dessa forma, percebe-se que tudo girava em torno da disciplinarização e ordenamento da nação, em que era preciso afugentar os “inimigos”, a preguiça, as doenças do corpo e do espírito. De sorte que, tanto Igreja quanto o Estado, a partir do discurso da medicina social, elaboravam expectativas acerca de um corpo. E era pela família que se pretendia desenvolver uma pedagogia do corpo e dos costumes, inclusive morais.

Sob esse prisma, a disciplina enquanto um tipo de poder atua sobre os corpos dos indivíduos com o fito de “adestrar” as “multidões confusas e inúteis de corpos”, e a partir daí, fabrica indivíduos obedientes¹⁰, tornando-os objetos e, ao mesmo tempo, instrumentos do exercício do poder. Assim, o “poder disciplinar” realiza intervenções no corpo dos sujeitos, visando transformá-lo em um corpo dócil que, para Foucault, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.¹¹ Portanto, essa disciplinarização que proporciona o controle sobre os corpos realiza “a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”¹².

Nesse cenário, Igreja e Estado cuidavam da higiene moral das famílias. Aliás, a família era uma questão central, pois o Estado chegava ao homem por meio de sua família e vice-versa, protegendo, assim, o homem brasileiro, sua moral e a do próprio País. Por isso a relação estendida entre Estado e família.

Além disso, casa e família eram pensadas como sinônimos advindos daí as investidas no setor habitacional, ainda tão em vigor. Aqui se vê precisamente a política protecionista voltada para o trabalho e para o trabalhador em família, em prol do progresso do país, o que só seria possível por intermédio de um povo “regulado”, adestrado cívica e moralmente. Para isso era

preciso atenção especial à educação, pois “ela não só adestra a mão do futuro operário, como lhe educa o cérebro e fortalece o corpo”¹³.

Essa situação, de certo modo, é reveladora da concepção corporativa da sociedade. Este modelo era marcado pelo pensamento político e social medieval, em que predominava a ideia de uma ordem universal (cosmos) que abrangia homens e coisas e orientava as criaturas para um objetivo último e único, identificado pelo **pensamento cristão como do próprio Criador**. Neste universo, havia uma unidade de criação, em que cada um tinha uma função, a fim de produzir a harmonia do cosmo. Essa imagem podia ser encontrada no corpo social, marcado também pela ideia de ordenação social.¹⁴

Percebe-se que o discurso médico versava sobre quase tudo, desde o urbanismo, passando pela higiene dos espaços públicos e privados até o corpo do trabalhador.¹⁵ No momento em que as teorias da anomia dos pobres e trabalhadores circulavam altaneiras, como axiomas, entendia-se que muitas das doenças de que padeciam o corpo emanavam do espírito mal cuidado, da moral deturpada – uma vez que, naturalmente, essa não seria virtude dos pobres, “filhos de Caim”, conforme imaginário cristão formulado numa longa duração. Tratava-se, então, de um universo que remetia a práticas que abrangiam “higiene, sociologia, pedagogia e psicopatologia”¹⁶, à medida que envolvia uma dimensão sanitária que procurava a proteção do corpo e da mente do trabalhador. Portanto, não se destinava simplesmente ao ato de curar.

Assim, existia um “cuidado” por parte do Estado, em torno da saúde física e psíquica do trabalhador, como forma de facilitar sua adaptação ao exercício tanto da profissão, como a de sua própria índole – a modernização pela qual passava o processo de seleção do trabalhador estava atrelada a então cultura da política de saúde –, visando constituir corpos/trabalhadores aptos ao aumento da produtividade e, por conseguinte, ao progresso do País.

Em virtude disso, por meio dessas iniciativas o Estado Nacional promovia um discurso ideológico em torno de melhores condições de vida e contentamento das aspirações básicas do homem – alimentação, habitação e educação – como estratégia de prevenir a perda da saúde e impulsionar a capacidade de trabalho. No discurso, sinalizavam-se para esse melhoramento das condições materiais de vida, pelo menos de parte da população urbana, por meio de projetos urbanistas e intervenções sanitaristas nas cidades. Contudo, efetivamente, para grande parcela da população as medidas urbano-sanitaristas, desde a Primeira República, não significaram, de fato, acesso à cidadania. Pelo contrário: o trabalho, que se tornara porta de acesso à cidadania

trabalhista, a partir do começo dos anos 1940, também foi bem utilizado como possibilidade de controle e coerção social.

Nesse contexto, se a medicina social foi apoderada tanto pelo Estado quanto pela Igreja é fato que não houve apenas suas similitudes, mas também suas tensões em torno do corpo da sociedade, da disciplinarização dos corpos e mentes dos indivíduos. Desta forma,

as intenções do Governo Varguista em relação ao corpo estavam diretamente ligadas as suas questões políticas, pois a disciplina adotada nesse instante procurava docilizar os corpos para melhor serem aproveitados pelo Estado brasileiro, no seu projeto político-cultural.¹⁷

A Igreja, por sua vez, também tinha interesses da mesma natureza, já que o corpo era visto como produtor e transmissor dos padrões morais e comportamentais, onde “só o corpo convenientemente educado favorece o desenvolvimento do espírito”¹⁸, passando a ser centro de disputa entre as duas instituições. Uma das querelas girava em torno do esporte, pois:

(...) a prática esportiva sem a sua aproximação com a **relação espiritual** era combatida pela Igreja Católica, sendo muitas vezes por ela encarada como uma **divinização do corpo** e por isso combatido em alguns momentos. Além disso, vale enfatizar que a preocupação da instituição religiosa com o desenvolvimento intelectual é bem maior que a sua preocupação com o desenvolvimento corporal.¹⁹

Já o Estado buscava um ideal do corpo do trabalhador, um “padrão de perfeição física”, pautado nos princípios eugênicos. Aqui, mais uma querela em torno desse pensamento, uma vez que a Igreja não vai compactuar dessa filosofia. Pelo contrário. A instituição religiosa vai discordar do projeto eugênico não só em relação às práticas esportivas, inseridas especialmente nos espaços escolares, as quais sofreram severas críticas pela ala católica, uma vez que as vestimentas não eram adequadas, principalmente, aos corpos femininos, pela questão do nudismo, já que são condutores da moral e dos bons costumes. A Igreja discordou, também, quanto ao melhoramento e aperfeiçoamento da raça, que imprimia um ar de exclusão e discriminação racial.

Desse modo, a Igreja condenou essa supremacia do corpo frente ao espírito, inculcando em seus discursos argumentos contrários ao corpo idealizado pelo Governo Vargas. Sob a ótica religiosa, o corpo do cristão não deve ser divinizado, uma vez que é a alma que vai para o tempo

eterno e a família, como base da moralidade, deve ser preservada dentro e fora dos seus lares por conta do esporte aplicado no seio dos ambientes escolares.

Mesmo existindo controvérsias na relação Igreja/Estado, ambos comungavam do ideal da indissolubilidade da família. E os discursos construídos, sobretudo, naquele momento de migração, giravam em torno de manter a harmonia e o elo da grande família chamada Nação, cujo chefe seria Getúlio Vargas.²⁰ Existia aqui uma relação afetuosa e, ao mesmo tempo, de poder.

Igreja, Estado e migração

Segundo relata Sarah Campelo, havia a edificação de um discurso em vigor instaurado entre Estado, Família e Trabalhadores. Acrescenta-se aqui outra instituição engajada na missão: a Igreja Católica. Estado e Igreja buscavam solucionar um grande impasse na migração de trabalhadores para a Amazônia, haja vista que a família seria segregada e um projeto sólido de assistência familiar deveria ser construído como forma de preservar a argumentação da relevância da integração do seio familiar e, concomitantemente, incentivar a migração. Há, portanto, uma situação permeada por paradoxos, pois como a Igreja/Estado iriam preservar a moral se havia a previsão da segregação do núcleo familiar?

Se a moral fosse evocada, a Igreja responderia de pronto, pois para essa instituição a moral e a família são fundamentais, já que a família garante a preservação e sustentação da moral. Pelo viés cristão a moralidade só pode ser adquirida por meio da religião, o que se deu rápida e articuladamente no processo de recrutamento dos trabalhadores para extrair látex dos seringais na Amazônia, conforme relatório registrado por Padre Helder Câmara – que viria a ser o responsável por chefiar o Departamento Religioso do SEMTA – destinado ao Exm. e Revm. Sr. D. Bento Aloísio Masella, solicitando sua anuência/liberação para trabalhar no serviço:

Atendendo ao pedido do Exmº Sr. Coordenador Econômico, feito por intermédio do Chefe do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, V. Excia. aprovou a minha ida ao nordeste e ao norte do país, recomendando-me, segundo a carta n.27 316, de 2 de janeiro de 1943, que me procurasse “entender” com os Exmºs Srs. Arcebispos, Bispos, Prelados e Administradores Apostólicos: 1) expondo-lhes o plano do Governo; 2) pedindo-lhes sugestões no que diz respeito à **assistência religiosa**; 3) apresentando de volta a V. Excia. um relatório circunstanciado.²¹

No relatório, o sacerdote enfoca a autorização do então Presidente da República – como forma, talvez, de deixar expresso que era vontade do “chefe” da nação –, cuja determinação fora publicada no Diário Oficial de 25 de Janeiro de 1943, no qual o indica para liderar o setor religioso no plano de guerra:

Padre Helder Pessoa Câmara – Técnico de Educação, classe L, do Quadro – Permanente do Ministério da Educação e Saúde, lotado na Divisão de Ensino Primário do Departamento Nacional de Educação (Servirá como orientador dos Serviços de Assistência Social do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia).²²

É neste ponto do recrutamento dos trabalhadores pelo SEMTA que se situa a relevância da liderança religiosa, exercida por Padre Helder, frente a esse projeto estatal. A prática irá contrariar o discurso, haja vista que ocorre o desmembramento familiar com a ida dos homens para o Norte e a permanência dos demais membros do lar em Fortaleza. A Igreja, por sua vez, passa a atuar dando suporte religioso.

Padre Helder, inicialmente, atuaria visitando as autoridades eclesiásticas, representantes de prelazias e prefeituras do Nordeste e do Norte do Brasil, em conformidade com a determinação do SEMTA. Essas visitas visavam convencer e pedir apoio e suporte do clero no assistencialismo religioso às famílias nucleadas e aos trabalhadores, tendo em vista que “o Serviço de Coordenação Econômica põe as suas melhores esperanças, pois reconhece impraticável no nordeste e no norte do país qualquer plano de grandes proporções sem o **apoio e a colaboração da força católica**”.²³

Vale ressaltar que dentro da própria Igreja houve vozes destoantes. Em tese, os representantes das regiões visitadas preferiam a ida das famílias, mas o sacerdote justificou que a situação sanitária do Amazonas não permitia, naquela ocasião, e que aquele momento tratava-se de um plano de guerra. Dos males, o menor.

Além disto, também foi solicitado a padre Hélder, pelo SEMTA, colaboração no sentido de organizar o serviço de distribuição de comida e faina para um grande contingente de flagelados incapazes de partir imediatamente para os seringais, devido a condições orgânicas inapropriadas, observadas e registradas pelo serviço médico. Neste sentido, o sacerdote pontua:

Considero de vantagem prestar a colaboração pedida e isso, entre outras, pelas seguintes razões:

- a) Convém que o padre esteja entre os que vão atender a miséria do povo;

b) Os flagelados correm para os Vigários e estes para os Bispos; um padre na Comissão Organizadora de Assistência aos flagelados facilitaria a posição dos Ordinários e dos Vigários em face dos famintos do Ceará.²⁴

Nesse momento há a apropriação do discurso do socorro, acionado tanto pelo Estado quanto pela Igreja, no qual é evocado um dos elementos da religiosidade cristã: a solidariedade. No entanto, é esquecida a batalha íntima do medo, da solidão, da tristeza, da saudade dos homens que partem e das mulheres que ficam, o que pode ser constatado com o fragmento da epístola, a seguir: “(..) só tu poderá dar alívio as minhas saudades. (...) quantas noites quantos dias o meu coração invadido de uma infindas saudade e muitas vezes derramam-se dos meus olhos lágrimas por esta tua ausência por tão longos tempos”.²⁵ Não há discurso nem remédio que cure essa lacuna da alma e do coração.

O poder tutelar também se apodera da argumentação piedosa e do assistencialismo em busca de apoio, tanto em âmbito nacional quanto local, por meio de discursos e documentos oficiais. No Ceará, o interventor Menezes Pimentel reforça e articula teoria e prática, emitindo uma circular a todos os prefeitos do interior, solicitando que fosse dada a maior colaboração possível aos funcionários do SEMTA:

Fortaleza, 12 de maio de 1943.

Creado pelo Decreto – Lei nº 1750, representa o Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia, um dos aspectos essenciais do esforço de guerra de nosso país, no sentido de dar pleno cumprimento à palavra de ordem de nosso preclaro presidente Getúlio Vargas.

Afim de incentivar o mais possível a batalha da produção, recomendo com o mais vivo empenho, seja prestada por essa Prefeitura toda a colaboração que se fizer mister para o mais complexo êxito do agenciamento de homens válidos, para engrossar as fileiras dos soldados da borracha.

Lembro que, ao nosso querido Ceará – nesta hora difícil que atravessa a grande Pátria comum – compete, além de todos os esforços que está empenhado no serviço do Brasil e das Nações Unidas, assegurar a continuidade de sua missão histórica de pioneiro da conquista amazônica, povoando, civilizando e extraindo os recursos naturais do vale do grande rio, maximé, no atual momento quando a borracha uma das matérias essenciais as indústrias da guerra das Nações Unidas, em particular do nosso grande aliado – os EE, UU, da América do Norte – com o qual o Governo Brasileiro assumiu compromissos internacionais para o fornecimento em grande escala da preciosa hevea. E, para assegurar o cumprimento desses acordos, se faz mister mobilizar grande número de braços e encaminhá-los à Amazônia para o fecundo e patriótico labor de extrair sempre e cada vez mais borracha, cabendo a nós cearenses, dada a nossa densidade de população e a nossa tradicional política emigratória, uma grande quota no esforço comum do Brasil.

Concretizando esse magnífico esforço, foi que o eminente presidente Vargas fez criar como órgão da Coordenação Econômica, o Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) que em caráter executivo, desde Fevereiro último está transportando homens, dentro das melhores condições possíveis de **amparo**

social, religioso, econômico e sanitário, juntando assim, além do dever patriótico, vantagens inúmeras, que possibilitarão ao nosso homem e às suas famílias, uma sensível melhoria de seu nível de vida, de educação e de saúde.

Espero, assim, que de Vossa parte e de vossos imediatos auxiliares, não serão poupados esforços para incentivar a propaganda dos objetivos do SEMTA, prestigiar a ação dos representantes desse órgão e encaminhar todos os homens válidos que no momento estejam desempregados ou desejosos de seguirem para a Amazônia, aos pontos mais próximos de seleção e concentração do SEMTA, localizados nas cidades de Fortaleza, Sobral, Iguatu e Crato, onde serão devidamente atendidos. Atenciosas saudações, DR. F. DE MENEZES PIMENTEL – Interventor Federal.²⁶

As linhas da íntegra da circular deixam evidente o reforço das palavras de ordem presentes naquele contexto. O interventor destaca, por duas vezes, a necessidade de mobilizar homens válidos para a faina nos seringais. Enaltece o senso patriótico como um dever do cidadão brasileiro e relembra o legado histórico da força de trabalho migratória do cearense para os seringais na retomada da economia da borracha. Isto é, reporta-se ao primeiro *boom* da borracha ocorrido no século XIX, no qual um vasto contingente de nordestinos partiu para a Amazônia, impulsionados e atraídos pela esperança e possibilidade de enriquecimento com a prática do extrativismo do látex. Na ocasião, trabalho, migração e povoamento da região caminharam juntos. Assim, o Estado evoca a tradição migratória do povo cearense à medida que se apropria da memória como um instrumento para legitimar e fortalecer suas ações.

A ênfase no passado glorioso amazonense também foi destacada no discurso proferido pelo Sr. João Alberto, Coordenador da Mobilização Econômica (CME), cuja publicização deu-se no Correio do Ceará, veiculada no dia 28 de dezembro de 1942: “(...) é forçoso pensar no futuro do Amazonas, que já teve, no passado, um período de esplendor e prosperidade notável e não pode deixar passar esta nova oportunidade (...) ressurgimento do Amazonas.”

Corpo e alma

Com efeito, entre o intervalo do final do século XIX e o período de arregimentação dos “soldados da borracha” na Segunda Guerra Mundial, precisamente a partir de 1943, os cearenses não deixam de migrar para o “inferno verde”, segundo corrobora o depoimento de João Pinto de Souza, de Canindé (CE): “Com esta é a terceira vez que venho ao Norte [referindo-se a década de 40]. A primeira em 1898, a segunda em 1932 e agora esta vez, mas só chegava até o Baixo Amazonas. (...) a borracha dando dinheiro não há coisa melhor”.²⁷ Outro relato do soldado da

borracha, Sr. Alcides – 76 anos, natural de Itaú, no Rio Grande do Norte –, confirma essa tradição:

Muito antes do SEMTA chegar já se ia pro Amazonas. Olhe, 30 foi muito ruim, 31 foi muito pior, mas 32 teve foi nada. A seca acabou com tudo. Não tinha nada, nada, nada. Vi bicho estrebuchar de fome. As pessoas corriam pras rodagens que o governo do Getúlio fazia para dar serviço pro sertanejo. Era o único lugar que se podia ao menos ter uma esperança de ter o que comer. O sertão tava seco, seco. (...) Aí, surgiu que o governo, o governo de Getúlio não era o estadual, tava dando passagem para quem quisesse ir pro Amazonas.²⁸

Há aqui a força e a presença da tradição oral, visto que o fato de as pessoas expressarem que a Amazônia era ruim, não às impedia de ir para o Norte, de mudarem-se e de aventurarem, tentando uma vida nova. A Amazônia tinha essa força atrativa no Ceará. Nesse ínterim, a migração apresenta-se sempre como uma possibilidade e é, de certa maneira, frequente. O fato de ser infernal não significa que é repulsivo, pois não se chega ao paraíso sem sofrer. Aliás, numa dimensão cristã, o sacrifício faz-se necessário para conseguir a salvação (da alma), conforme se percebe no depoimento de Francisco de Souza, de Crateús (CE): “Sofri tanto que se eu morrer minha alma não terá vergonha se voltar para o Ceará”.²⁹ Esse estado de espírito também está presente na fala de Luiz Ferreira da Silva, natural de Baturité (CE): “A gente aqui [no Amazonas] sofre mais do que no Ceará. Só se vive doente e triste. No Ceará há muita miséria, mas também tem anos felizes”.³⁰

Há ainda outra perspectiva na qual está inserido o sacrifício: na sobrevivência (do corpo). Pois “(...) para se ganhar dinheiro é preciso sacrifício. Custa muito, porque a vida aqui [na Amazônia] é muito doída. Tudo que é imaginação ruim persegue a gente nos primeiros tempos”³¹, conforme relata o seringueiro Francisco Prata. Por esse viés, a própria Igreja é vista como um “corpo” e Cristo é a cabeça desse corpo. O próprio Cristo sofreu no calvário e na cruz para a redenção do seu povo e o sofrimento está previsto e estendido para todos os membros desse “corpo”:

E como no nosso corpo mortal, quando um membro sofre, todos os outros sofrem com ele, e os são ajudam os doentes; assim também na Igreja os membros não vivem cada um para si, mas socorrem-se e auxiliam-se uns aos outros, tanto para mútua consolação, como para o crescimento progressivo de todo o Corpo.³²

Ainda nessa mesma perspectiva religiosa, o corpo do cristão é também o que sofre. E “no Acre tudo é febre, além de febre do corpo. Febre nas marchas. Febre no trabalho, febre em

todas as paixões, febre torrencial, escarlate...”³³, pois o sofrimento purifica e enriquece a alma. Existe uma lógica de sentido que não elimina, mas encoraja a partida, mesmo que esta seja difícil e dolorosa:

Na arte de se transformar em seringueiro, o triste deserddado e esperançoso nordestino vai moldando sua vida a uma nova realidade. Um processo que implica **adestrar o corpo e a alma** às novas condições impostas e não só pela natureza (...) **Seu espírito torna-se tão profundo quanto os rios** (vivazes, agitados, inquietantes) (...) contidos em seus sofrimentos como os turvos e mutantes leitos dos rios que cruzam o Acre.³⁴

Há, portanto, uma sede de sobrevivência. Há uma “fome de seringa”.

É válido destacar que no documento divulgado por Menezes Pimentel seguem-se como uma ladainha outras expressões que compõem os jogos de palavras articulados no período de recrutamento, cujo teor anuncia os benefícios proporcionados aos “soldados da borracha” e suas famílias, que abrangeriam da assistência econômica à religiosa. Na matéria do jornal O Nordeste, de 26 de abril de 1943, fica evidente como o discurso do Estado estava atrelado ao da Igreja, onde fé e pátria caminhavam juntas: “A fé une num só pensamento aquilo que força alguma do mundo será capaz de separar: Deus e Pátria!”³⁵

Diante do exposto, percebe-se que há uma busca de justificar a presença eclesiástica na empreitada, até porque a Igreja Católica mantém uma longa tradição na prática humanitária e caritativa de ajuda à população em situação de carência, miséria e, sobretudo, no Ceará, em tempos de seca.

Conforme destaca Kenia Rios, “uma das formas mais recorrentes de mostrar civilidade era demonstrar espírito caridoso diante das vítimas da seca”³⁶. Numa perspectiva religiosa, a caridade é difundida como um dever cristão. A demonstração do espírito caridoso também representa, por meio de suas ações, formas de civilidade, manutenção da ordem – uma sociedade ordenada funciona como base para a paz mundial – e a salvação da moral cristã. Aliás, a caridade é uma forma de apropriação dos ditames católicos para a construção do caminho para o céu, bem como para a resolução das “ruínas das almas”. Pois se “todos se preocupam quase unicamente com as revoluções, calamidades e ruínas temporais, se vemos as coisas à luz da fé, o que é tudo isso em comparação com a ruína das almas?”, indagava Papa Pio XI.

Praticada desde tempos remotos pela Igreja, a lei da caridade é apresentada como um dos remédios para a crise das almas e a obtenção da salvação eterna:

(...) à lei da justiça deve juntar-se a da caridade ‘que é o vínculo da perfeição’. (...) Ora, todas as instituições criadas por mais perfeitas que pareçam, têm o fundamento da sua estabilidade sobretudo no vínculo que une as almas; (...) Por isso só haverá uma verdadeira cooperação de todos para o bem comum, quando as diversas partes da sociedade sentirem intimamente que são membros de uma só e grande família, filhos do mesmo Pai celeste, antes um só corpo em Cristo e ‘membros uns dos outros’, de modo que se um membro sofre, todos os membros sofrem com ele. Então os ricos e senhores converterão em amor solícito e operoso o antigo desprezo pelos irmãos mais pobres (...) confiados no auxílio onipotente daquele que ‘a todos os homens quer salvar’.³⁷

Uma constatação disso ocorreu com os festivais realizados, em Fortaleza, em prol dos miseráveis:

No dia 25 de julho de 1933, os católicos, através d’O Nordeste, anunciavam que a dedicação aos miseráveis tinha continuidade, contando com detalhes como transcorrera o festival em prol dos flagelados no dia anterior. Enfatizavam que o evento não fora uma festa de arte nem de luxo, pois os participantes haviam sido os próprios pobres. (...) Afinal, o próprio Jesus Cristo nascera pobre e morrera pobre, entre dores e agonia. A caridade dos católicos abastados procurava manter a ordem da cidade que queria ser civilizada.³⁸

Ou seja, trata-se de práticas assistencialistas de grupos católicos ligados à Igreja como demonstração de completa ajuda aos que sofriam com o flagelo da seca, ao mesmo tempo em que essas ações também representavam formas de manter os ares de modernidade e desenvolvimento que aspirava a cidade.

Neste ponto, Frederico de Castro Neves explicita que “a seca fortalece suas raízes na sociedade brasileira e reforça uma teia política e social que se opõe aos parâmetros estabelecidos da modernidade”.³⁹ No mais, a ajuda também veio diretamente do Vaticano para aqueles que não dispunham de condições de trabalhar nas obras de emergência. Porém, uma ala católica advertia que o alimento material não seria o suficiente para sanar a situação das vítimas da seca: era preciso ocorrer o alimento do verbo e da carne, pois defendiam que “o mais importante, nessas épocas de crise dolorosa, era a “cura das almas”, a salvação do espírito”.⁴⁰

Em 1942, a Igreja também agiu em prol dos flagelados, arrecadando a cada domingo do mês dízimos destinados, exclusivamente, às vítimas da seca: “De ordem do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, comunico, que até novo aviso, todas coletas das igrejas e capelas deste arcebispado, no primeiro domingo de cada mez, se destinam as vítimas do interior do estado (...)”.⁴¹ Desta forma, pode-se avaliar que há uma “dimensão religiosa na maneira de se entender a chuva e a seca”⁴², haja vista que se a chuva apresenta-se como presente de Deus frente ao

sofrimento e miséria dos sertanejos, o próprio contexto do flagelo da seca, guarda em si, um sentimento religioso ainda mais forte do que em tempos de chuva. Pois se a seca é entendida como vontade de Deus e, por vezes, como castigo divino, era necessária mais fé e esperança para aguentar a tortura da sequeidão da terra e a impiedade do clima.

Há um sofrimento premente de corpos e espíritos. Daí a atuação social da Igreja Católica tanto no trato dos corpos espirituais quanto nos cuidados da saúde do corpo, uma vez que os padres também empreenderam obras caritativas de atendimento aos enfermos:

Ao longo de toda a história cristã, mosteiros e igrejas têm sido lugares para onde as pessoas têm corrido não só para receber a cura espiritual, mas também a recuperação da saúde física. Na história do Brasil, o cuidado com a saúde, especialmente dos mais pobres, sempre foi, junto com a educação, duas atribuições que a Igreja tomou para si. Datam, ainda do século XVI, a construção das primeiras Santas Casas de Misericórdia no Brasil, obras mantidas por confrarias e irmandades constituídas justamente para esse fim. O Ceará não fugiu a essa regra. O primeiro estabelecimento médico criado para o atendimento dos enfermos, na então Província, foi a Santa Casa de Misericórdia. Obra de grande porte que marca, junto com a construção do Seminário da Prainha e do Colégio da Imaculada Conceição, o início do trabalho pastoral do primeiro bispo do Ceará.⁴³

Ora, se a situação da educação era difícil, com um número reduzido de escolas especialmente no interior do estado, a situação da saúde era pior: poucos médicos e uma quantidade irrisória de hospitais. Ante esta conjuntura, o povo buscava cura para suas mazelas com rezadores, parteiras, remédios caseiros e ministros de Deus, os quais cumpriam o papel de sarar as feridas da alma e do corpo, atuando como curandeiros e até prescrevendo remédios para a população. Porém, nem todos se prestavam a esse papel. Isso se dava, pois “os padres, mesmo sem ter o conhecimento técnico e científico dos médicos, eram portadores, segundo a fé dos fiéis, da sabedoria divina”⁴⁴ para atuar perdoando os pecados e curando as doenças, alternando ou por vezes acumulando as funções de “coronéis de batina” e “coronéis de jaleco”.

Assim, de certa forma, o discurso médico foi aproveitado pela Igreja, se não na sintaxe, mas na semântica, passando a pulular o seu universo caritativo, em relação aos pobres e trabalhadores em geral. Se a medicina diagnosticava o corpo, a Igreja elaborava seu prognóstico sobre o alimento do espírito, a manutenção da ordem, da moral e dos costumes. Era sobre as expectativas que a instituição religiosa atuava de maneira mais consequente. Contudo, também o verbo da Igreja se queria conjugar sobre o corpo dos fiéis, dos Soldados de Cristo. Aqui há a

ideia de sacralização do corpo, onde alma e corpo, espírito e matéria, simbolizavam uma mesma categoria, uma espécie de amálgama – mistura que, em certo ponto, remete ao corpo (do indivíduo), alma e (corpo da) sociedade –, o que remonta aos entendimentos dos tempos medievais, quando “a corporalidade medieval era valorizada em si, até porque continha o que hoje chamamos de espiritual”.⁴⁵

Considerações finais

Portanto, percebe-se que essa diligência com o corpo – dos indivíduos, da sociedade, da nação – pelo poder público foi marcado pelo pensamento cristão e pela busca de uma ordem social. Por outro lado, em prol do equilíbrio entre corpos, mentes e espíritos sãos, enquanto o Estado versava sobre os cuidados com os corpos, a Igreja Católica, por sua vez, desde a separação do Estado em 1890, versa sobre a saúde do corpo de Cristo, dos cristãos – e da própria Igreja em certo sentido – pela manutenção da moral cristã, dos bons costumes estabelecidos e exaltados pela educação católica.

Esse é o ponto fundamental do pensamento católico: **o destino das almas humanas**. O homem, segundo essa doutrina, foi criado para a vida e a vida não se restringe ao mundo físico. Ao contrário, a vida material se constitui num período transitório, em que as almas devem ser preparadas para sua destinação final na eternidade, essa sim a verdadeira vida. A preparação da alma significava, antes de tudo, a educação do homem de modo a permitir-lhe triunfar sobre as paixões e os baixos instintos, fortalecendo-lhe a vontade e o caráter. (...) a educação cabia a formação integral do homem, conceito que envolve muito mais do que a educação escolarizada, abrangendo todo o conjunto de suas atividades.⁴⁶

Diante desta perspectiva, o Estado deveria cuidar do corpo no tempo secular, enquanto à Igreja caberia cuidar do “corpo” espiritual para um tempo eterno, destino natural da alma e, conseqüentemente, destinado a uma educação para um plano divino. O espírito, assim, deveria ser energizado, tutelado e, no caso particular do recrutamento de força de trabalho para o *front* da borracha na Amazônia, assim como acontecia nos tempos remotos, os soldados deveriam receber a proteção e bênção divina para combater na batalha.

Assim como os trabalhadores estavam indo para uma operação de guerra, com vistas a produzir para a batalha da borracha no “inferno verde”, no “paraíso diabólico dos seringais”, seria essencial naquele momento que os “soldados de Cristo” – mesmo que estes não se

sentissem como tais – recebessem a bênção divina para fortalecer seus espíritos. Afinal, estavam indo para a guerra, para o inferno, mesmo que este fosse verde. Portanto, não se pode esquecer que, por mandato divino, a respeito da verdadeira formação/constituição de um bom cidadão – “cujas atitudes se pautem por um princípio moral derivado da Moral única e verdadeira, revelada por Deus à Igreja e por ela ensinada à humanidade”⁴⁷ – que, para tanto, seria o católico.

Notas

¹ LENHARO, 1986, p.75, *grifos nossos*.

² REGO, 2008, *passim*, *grifo nosso*.

³ Biopolítica é a maneira pela qual o poder apresenta-se no final do século XIX e início do XX, cujas práticas disciplinares usadas anteriormente visavam normatizar o indivíduo, e agora tem como objetivo instrumentalizar a sociedade com o exercício de biopoderes locais que agirão na gestão da saúde, da higiene, da educação etc. Para um melhor aprofundamento ver: Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

⁴ FOUCAULT, 1977, p. 3.

⁵ FOUCAULT, 1987, *passim*.

⁶ LIMA, 1998, p. 353.

⁷ PIO XI, 2007, p.67.

⁸ RODRIGUES, 2005, p. 176-177.

⁹ Jornal O Nordeste, 1942, p.1, *grifo nosso*. O uso de periódicos nesse artigo parte do pressuposto que não se pode lançar um olhar ingênuo sobre essa fonte de informação histórica, uma vez que esse corpo documental resguarda as ligações cotidianas com diferentes poderes, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos de um determinado momento histórico, conforme aponta LUCA (2008). Com isso, o uso de algumas matérias do Jornal O Nordeste faz-se salutar por ser um jornal de cunho católico de grande circulação à época. Ver: LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

¹⁰ FOUCAULT, 1987, p.195.

¹¹ *Ibid.*, p.163.

¹² *Ibid.*, p.164.

¹³ GOMES, 1999, p.63.

¹⁴ *Ibid.*, p.60, *grifo nosso*. Para melhor aprofundamento nessa temática sobre o trabalhador e o trabalhismo ver: GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ – São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

¹⁵ Ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁶ JESUS, 2003, p.94.

¹⁷ LIMA, 2011, p.8.

¹⁸ LENHARO, 1986, p.77.

¹⁹ LIMA, 2011, p.10, *grifo nosso*.

²⁰ GOIS, 2013, p.25.

²¹ RIBEIRO, 1943, p.1.

²² *Ibid.*, p.4.

²³ *Ibid.*, p.3, *grifo nosso*.

²⁴ *Ibid.*, p.1, *grifo nosso*.

²⁵ GALVÃO, 1943, p.1

²⁶ Circular. *Jornal O Nordeste*. Instituto do Ceará. Fortaleza (CE), quinta-feira, 13 de maio de 1943, p.1/4, *grifo nosso*. É válido ressaltar que essa circular também foi vinculada no Correio do Ceará na mesma data, isto é, um dia

após o envio do documento às prefeituras, cuja matéria foi intitulada “*Para que seja cumprida integralmente a palavra de Ordem* [assim mesmo, com letra maiúscula] *do eminente Chefe da Nação.*” Portanto, percebe-se que a ideia era dar a maior visibilidade possível no processo de arregimentação de trabalhadores.

²⁷ BENCHIMOL, 1977, p.271.

²⁸ MORALES, 2002, p.83.

²⁹ *Ibid.*, p.312.

³⁰ *Ibid.*, p.279.

³¹ *Ibid.*, p.176.

³² PIO XII, 1943, p.1.

³³ BENCHIMOL, 1977, p.174.

³⁴ VALCUENDE, 2009, p.51, *grifo nosso.*

³⁵ *Jornal O Nordeste*, 1943, p.1.

³⁶ RIOS, 2014, p.37-38.

³⁷ PIO XII, 2012, p.35.

³⁸ RIOS, *op.cit.*, p.41.

³⁹ NEVES, 2001, p.3.

⁴⁰ RIOS, *op.cit.*, p.42.

⁴¹ LIVRO DE TOMBO, 1942, p.15.

⁴² LACERDA, 2005, p.88.

⁴³ REIS, 2008, p.178.

⁴⁴ *Ibid.*, p.181.

⁴⁵ RODRIGUES, 1999, p.55.

⁴⁶ MANOEL, 2003, p.119, *grifo nosso.*

⁴⁷ *Ibid.*, p.121.

Referências

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco – antes e além depois.* Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

CIRCULAR. *Jornal O Nordeste.* Instituto do Ceará. Fortaleza (CE), quinta-feira, 13 de maio de 1943.

DEUS E PÁTRIA! *Jornal O Nordeste.* Instituto do Ceará Fortaleza (CE), segunda-feira, 26 de abril de 1943.

FORTALEZA (CE). Seminário da Prainha. Aviso N. 21. Pe. André V. Camurça, Secretário do Arcebispo. *Livro de Tombo.* n.22, vol. 1. Fortaleza (CE), 25 de maio de 1942.

FOUCAULT, Michel. Historia de la medicalización. Segunda conferencia dictada en el curso de medicina social que tuvo lugar en octubre de 1974 en el Instituto de Medicina Social, Centro Biomédico, de la Universidad Estatal de Río de Janeiro, Brasil. *Revista Educación médica y salud*, v. 11, n. 1, 1977.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALVÃO, Eleidia (*Carta*). Núcleo do Porangabussu. Acervo MAUC/UFC. Fortaleza (CE), 20 de junho de 1943.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. *As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação da UFC: Fortaleza, 2013.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 1999.

JESUS, Nauk Maria de. A “cabeça da república” e a saúde/higiene em Vila Bela da Santíssima Trindade (1752-1808). In: *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande, MS, V.7, n. 13, 2003.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência(1889-1916)*. São Paulo: USP, 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós Graduação da Universidade de São Paulo, 2005.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papyrus, 1986.

LIMA, Alceu A. *Em face do comunismo*. Rio de Janeiro: A ordem, 1998.

LIMA, Janilson Rodrigues. *Entre a cruz e o estado: Igreja Católica, Estado Novo e o corpo do jovem fortalezense (1937-1941)*. Fortaleza, MAHIS (UECE), 2011.

MANOEL, Ivan Aparecido. Cidadãos para a terra e para o céu: o projeto educacional do catolicismo ultramontano (1850-1950). *Fronteiras: Revista de História*, Campo Grande, MS, V.7, n. 13, 2003.

MORALES, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. Fortaleza: Secult, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanistas, vol. 21, n 40, 2001.

O PERIGO COMUNISTA. *Jornal O Nordeste*. Instituto do Ceará. Fortaleza (CE), terça-feira, 24 de fevereiro de 1942.

PIO XI, Papa (*Carta Encíclica*). *Divini Redemptoris* sobre o comunismo ateu. São Paulo: Paulinas, 2007.

PIO XI, Papa (*Carta Encíclica*). *Mystici Corporis*: O corpo místico de Jesus Cristo e nossa união nele com Cristo. 1943. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/pius->

xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html. Acesso em: 04 abr.2015.

PIO XI, Papa (*Carta Encíclica*). *Quadragésimo anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica*. São Paulo: Paulinas, 2012.

REGO, Daniela Domingues Leão. O Brasil em marcha. *Revista História Viva*. Edição 58, agosto de 2008. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/o_brasil_em_marcha_imprimir.html>. Acesso em: 17 ago.2014.

REIS, Edilberto Cavalcante. *Coronéis de Batina: a atuação do clero na política municipal cearense (1920 – 1964)*. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2008.

RIBEIRO, Paulo de Assis (*Fundo Pessoal*). Relatório apresentado por Padre Helder Câmara ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. D. Aloísio Masella D. D. Nuncio Apostólico. AP.50, cx. 4, pasta 3. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 28 de janeiro de 1943.

RIOS, Kenia Sousa. *Isolamento e poder: isolamento e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa universitária, 2014.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *A ordem – uma revista de intelectuais católicos (1934 – 1945)*. Belo Horizonte: Autêntica/ Fapesp, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. *O Corpo na História*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

VALCUENDE, José María (Org.). *História e memórias das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia*. São Paulo: EDUC, 2009.